

Sarney pode mudar o ministério se conseguir presidencialismo e 5 anos

ROBERTO LOPES

Da Reportagem Local

Caso a Constituinte lhe dê um mandato de cinco anos com a manutenção do sistema presidencialista de governo, o presidente José Sarney vai promover uma reforma ministerial recrutando (se possível) no Congresso ministros que lhe devotem fidelidade política integral — características das nomeações que fez, ano passado, do deputado baiano Prisco Viana para o Ministério da Habitação, e do deputado paranaense Borges da Silveira para o Ministério da Saúde. O presidente está extremamente satisfeito com o desempenho político e administrativo dos dois.

A informação foi passada à *Folha* por um colaborador direto de Sarney. Ele diz que a situação do ministro da Previdência, Renato Archer, no governo é insustentável, e que a razão central disso é a estreita ligação de Archer com o presidente do PMDB e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães — ligação muito mais forte do que a do ministro com o presidente da República —, e que o mesmo argumento pode servir também como justificativa para a demissão do ministro da Ciência e Tecnologia, Luís Henrique. Mas é possível que a reforma seja mais ampla.

A *Folha* apurou que Sarney já foi informado que o ministro da Cultura, Celso Furtado, vem dizendo a amigos que não poderá permanecer no governo caso Renato Archer seja substituído no Ministério da Previdência. Alguns amigos do presidente estão certos de que ele vai aproveitar a oportunidade para nomear o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), para o lugar de José Hugo Castelo Branco — que está seriamente doente —, no Ministério da Indústria e Comércio.

No Itamaraty

O descontentamento de Sarney com a atuação política de seu ministro da Ciência e Tecnologia é consequência direta de algumas atitudes e opiniões do catarinense Luiz Henrique sobre a votação, pela Constituinte, do mandato e do sistema de governo. Durante um almoço anteontem no Itamaraty o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima perguntou ao ministro, ao relator da próxima Constituição, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e ao vice-líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB): "E então, o que é que vai dar? Parlamentarismo ou presidencialismo?" Luiz Henrique foi o



O presidente José Sarney quer promover uma reforma ministerial

primeiro a responder: "Eu acho que vai dar parlamentarismo." Cabral e Gadelha disseram o mesmo.

Bem diferente das de Luiz Henrique têm sido as opiniões e atitudes do ministro da Saúde, Borges da Silveira. Na noite de quinta-feira passada, durante um jantar em sua casa, Borges da Silveira recebeu os resultados de uma pesquisa feita pela equipe da liderança do governo na Câmara (exercida pelo deputado

do PMDB baiano Carlos Sant'Anna), sob a responsabilidade de um seu conterrâneo, o deputado Basílio Vilani (PMDB-PR). A pesquisa dava 260 constituintes fechados com os cinco anos para Sarney e 206 fechados com os quatro anos. O mesmo trabalho alinhou 53 parlamentares com "95% de chances" de votar nos cinco anos e 40 com "60% de chances" de fazer igual. A pesquisa é alentadora porque, três semanas

atrás, a mesma equipe apurou que apenas 210 constituintes votavam com certeza nos cinco anos. Na manhã de sexta-feira, essa pesquisa repousava, já, no Gabinete Civil da Presidência.

PFL

A ofensiva de José Sarney a partir de uma eventual vitória do presidencialismo e do mandato de cinco anos não se restringiria às mudanças no ministério. O presidente solicitou ao ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que elabore um programa de medidas econômicas de curto e médio prazos, visando a redução do déficit público e o combate à inflação. Essa semana o presidente da República resolveu, também, se empenhar pessoalmente na destituição do senador gaúcho Carlos Chiarelli da liderança do PFL no Senado. Chiarelli é o relator da CPI que apura a corrupção no governo, e o presidente quer ter um homem de sua confiança à frente dos 15 senadores pefelistas.

O presidente escolheu o senador paraibano Marcondes Gadelha para o lugar de Chiarelli, mas o senador gaúcho vem se recusando a convocar sua bancada a decidir, pelo voto, quem deve liderá-la na atual legislatura. Pelo regimento do Senado, a escolha do novo líder do PFL deveria ter sido comunicada à Mesa do Senado até o último dia 2 de março. Chiarelli diz que só convoca a bancada com esse fim no próximo dia 14 de maio — véspera da Convenção Nacional do PFL. Ontem Sarney conversou com o senador João Menezes (PFL-PA). O encontro foi no Palácio do Planalto, ao meio-dia, e não estava na agenda do presidente. Os senadores sarneyzistas do PFL querem que Menezes subscreva um abaixo assinado da maioria da bancada do partido no Senado — o único documento legal capaz de destituir Chiarelli automaticamente de sua posição.

Na última terça-feira o presidente recebeu no Planalto o senador Gadelha e mais quatro senadores pefelistas: Odacir Soares (PFL-RO), João Lobo e Álvaro Pacheco (ambos do PFL-PI). Os cinco examinaram juntos a situação criada pela recusa de Carlos Chiarelli de abandonar a liderança de seu partido, e concluíram que, com a assinatura de Menezes, Gadelha consegue facilmente a maioria da bancada (além de Lobo, Pacheco, Odacir e Menezes, apoiariam o senador paraibano, por esse cálculo, os senadores Alexandre Costa e Edison Lobão, do Maranhão, e Afonso Arinos, do Rio).